

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

transferido o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisões para riscos ambientais, civis, trabalhistas e tributários

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k) Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1) (IFRS 2). Detalhes dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 28.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro líquido por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 22.i).

n) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

o) Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, algodão e outras culturas de menor relevância) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

p) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos da CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (NBC TG 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7), utilizando o método indireto.

q) Operações de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos da Companhia se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de algodoiras, maquinários, veículos e imóveis.

A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente.

Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja. Para os casos abaixo não foram mensurados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, por apresentarem incerteza na mensuração do valor (preço totalmente variável), não apresentarem um valor mínimo a ser pago ou serem de curta duração:

a) Contratos de parcerias: contratos que determinam que a Companhia pague ao arrendador, por ano/safra de vigência, percentual da produção auferida, sendo o preço totalmente variável;

b) Adicionais atrelados à produtividade: além do preço do arrendamento, alguns contratos preveem acréscimo do valor, através de adicional da produtividade, resultante da média aritmética da produtividade obtida com a exploração agrícola pela arrendatária. Contratos com esse tipo de característica são mensurados pelo montante fixo mínimo, sendo o adicional atrelado à produtividade considerado como totalmente variável; e

c) Outros arrendamentos de maquinários e equipamentos: contratos que possuem valor variável, com base na utilização dos ativos subjacentes, além de terem prazo de vigência inferior a um ano.

Impactos no resultado do exercício

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

r) Normas novas ou revisadas

As seguintes normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A IAS 1 exige que uma empresa classifique a dívida como não circulante somente se a empresa puder evitar a liquidação da dívida nos 12 meses após a data do relatório. Por exemplo, uma empresa pode ter uma dívida de longo prazo que pode ser reembolsada em 12 meses, se a empresa não cumprir com os convênios nesse mesmo período.

As mudanças implementadas na IAS 1 especificam que as cláusulas restritivas a serem cumpridas após a data do balanço não afetam a classificação da dívida como circulante ou não circulante na data do balanço. Em vez disso, as modificações exigem que uma empresa divulgue as informações sobre essas cláusulas restritivas nas notas nas demonstrações financeiras.

As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O grupo está monitorando os efeitos futuros.

Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já as alterações ao Practice Statement, fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis. Uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Conforme avaliação da Companhia, não haverá impactos, visto que as Demonstrações Financeiras apresentam somente políticas contábeis relevantes.

Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo, arrendamentos e passivos e custos de desmontagem.

As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outro componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

No reconhecimento inicial do arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foi reconhecido as diferenças temporárias tributárias, não existindo impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Outras normas

As normas a seguir, serão aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

1. Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);

2. Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);

3. IFRS 17 Contratos de Seguros.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Controladas		Localização
		Diretas %	Indiretas %	
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	52,2	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja, milho, algodão e rebanho.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	50,1	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	SLC Agrícola Centro-Oeste S.A. (†)	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaquá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
Compra e venda, arrendamento, construção e administração de imóveis.	Fazenda Paiaguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS

(†) Em 31 de dezembro de 2022, a SLC Agrícola Centro-Oeste S.A detinha participação nas sociedades Ecotrans Transporte Ltda. (99,99%), Burity Agrícola Ltda. (100%), Crateús Algodoeira S.A. (99,48%) e Mocuri Agrícola Ltda. (99,99%). As referidas empresas são não operacionais e não fazem parte dos ativos adquiridos na combinação de negócios e estão em processo de transferência societária para o antigo acionista. Não há saldos ativos e passivos nas demonstrações financeiras em relação às citadas sociedades.

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades em R\$	-	308	108	530	144
Disponibilidades câmbio (**)	-	17.353	16.859	28.122	19.449
CDB-DI	101,06% do CDI (*)	827.784	29.079	1.207.123	120.187
Caixa e equivalentes de caixa		845.445	46.046	1.235.775	139.780
Aplicações financeiras - não circulante	79,28% do CDI (*)	747	684	747	684

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2022.

(**) Valores em reais, convertido pelo dólar Ptax de compra do dia 30 de dezembro de 2022.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários e compromissadas, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2022, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras no não circulante possuem caráter de reciprocidade (operações caucionadas), as quais representam no ativo não circulante o montante de R\$ 747 da carteira na controladora e no consolidado (R\$ 684 em 31 de dezembro de 2021).

A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício deve-se, principalmente, pela geração de caixa líquido no período e estratégias financeiras.

A exposição do Grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 25.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	37.186	32.209	52.987	41.219
Mercado externo	86.648	85.632	121.304	106.195
Total	123.834	117.841	174.291	147.414

A Companhia entende que o risco de inadimplência em relação ao contas a receber é praticamente zero, razão pela qual não realiza constituição de provisão para perda de crédito. Ainda que a norma traga essa prerrogativa, entendemos que o custo de cálculo e controle desse montante é maior que o benefício dessa informação, que consideramos imaterial para o usuário da demonstração financeira.

A exposição do Grupo aos riscos de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa 25.

7. Estoques

A composição dos estoques da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos agrícolas	1.085.707	916.417	1.456.169	1.313.030
Produtos agrícolas - custos de formação	731.811	561.818	1.029.726	870.725
Produtos agrícolas - ajuste ao valor justo do ativo biológico	353.896	354.599	426.443	442.305
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	1.161.678	878.083	1.703.443	1.329.269
Embalagens e material de acondicionamento	28.282	22.508	46.506	30.380
Peças de reposição	29.331	25.468	38.653	31.097
Outros estoques	37.287	77.391	73.413	71.396
Adiantamentos a fornecedores	18.084	11.156	25.796	31.193
Total	2.360.370	1.931.023	3.343.980	2.806.365

Os estoques de produtos agrícolas estão apresentados pelo valor realizável líquido. Em 31 de dezembro de 2022, substancialmente na cultura de algodão, foi constituída provisão no valor de R\$ 61.244 na controladora e R\$ 70.977 no consolidado e nenhum valor foi registrado em 31 de dezembro de 2021.

8. Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são formados por culturas temporárias e por plantel de rebanho bovino e estão abaixo representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo biológico - culturas em formação (a)	1.225.428	1.115.933	1.751.584	1.620.053
Ativo biológico - rebanho bovino (b)	32.469	61.365	47.992	70.916
Total	1.257.897	1.177.298	1.799.576	1.690.969